

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO PARA
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE MUNIZ
FREIRE/ES – REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015**

O presente relatório compõe a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Muniz Freire/ES, relativo ao exercício financeiro de 2015, conforme disposto no artigo 3º, §3º da Resolução 227/2011, e na Instrução Normativa nº 034/2015 (Anexo 1).

O objetivo principal do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle é demonstrar a evolução do processo de implantação do Sistema de Controle Interno - SCI no Município.

Quanto ao processo de implantação do SCI, no exercício de 2015, esta Controladoria empenhou-se na elaboração da Instrução Normativa do Sistema de Compras, Licitações e Contratos; na elaboração da Instrução Normativa do Sistema de Saúde; e na divulgação das Instruções Normativas aprovadas através das Unidades Executoras (Secretarias) e consolidação no Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle.

Vale consignar esta Controladoria encontrou muitas dificuldades para elaboração da Instrução Normativa do Sistema de Compras, Licitações e Contratos, por ser uma área muito polêmica, e que exige muito detalhamento nos procedimentos que são realizados em casa fase do processo licitatório, o que tornou morosa a confecção da Instrução do referido Sistema.

Dentre as ações elencadas destaca-se a fiscalização desta Controladoria nos processos de contratação conforme preceitua o artigo 5º, inciso XVIII, da Lei nº 2.310/2013. De acordo com o Decreto nº 6.076/2013, baixado a pedido da Controladoria, todos os atos administrativos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão deverão ser remetidos à Controladoria Geral do Município para emissão de parecer, antes da autorização do Prefeito.

Faz-se necessário consignar que as diretrizes estabelecidas pelo TCEES para o processo de implantação do Sistema de Controle Interno estão sendo cumpridas, trabalhamos no sentido de promover a eficiência operacional, estimular a obediência e o respeito às políticas da administração, bem como garantir a transparência das contas públicas.

No entanto, consta no plano de ação apresentado ao TCEES estabelece que o prazo final para a realização do concurso público para o provimento de do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno seria 30 de agosto de 2015 conforme estabelece o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310 de 30 de agosto de 2013 que fixou o prazo de 02 anos para a realização do referido concurso público, o que não ocorreu.

A justificativa para a não realização do concurso público para provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno consiste na vedação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto ao provimento de cargos na ocasião em que o limite de despesas totais com pessoal for ultrapassado. Considerando que o Município encontra-se com o limite de despesas totais com pessoal acima do máximo permitido pela LRF o concurso público não foi realizado.

Quanto a este ponto, vale consignar que a Controladoria realizou um trabalho árduo no auxílio à Administração na realização de estudos e análises para solucionar os dois maiores problemas do exercício, qual seja, o limite de despesas totais com pessoal que foi ultrapassado e o déficit da despesa na ordem de R\$ 6.112.345,13 (seis milhões, cento e doze mil, trezentos e quarenta e cinco reais e reze centavos).

Concluo que, embora todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaiam apenas sob a pessoa da Controladora Geral, esta Controladoria, no exercício de 2015, deu continuidade ao trabalho de conscientização da equipe de governo quanto à importância e a necessidade de acolher as orientações e pareceres emitidos pela Controladoria, visando principalmente a eficiente implantação do Sistema de Controle Interno no Município Muniz Freire/ES.

Muniz Freire – ES, 23 de março de 2016.

FABÍOLA ALVES LOPES
Controladora Geral do Município
Decreto nº. 5.473/2012